

1) Onde o governo do RN espera arrecadar com a chegada de data centers, diante dos incentivos fiscais?

A estratégia do Governo do Rio Grande do Norte para o setor tecnológico redefine o papel do Estado como indutor do futuro. Mais do que focar apenas na arrecadação direta, nossa política reconhece os Data Centers como pilares estratégicos de uma infraestrutura crítica, capazes de acelerar o desenvolvimento econômico, tecnológico e regional de forma integrada.

Alinhado à Política Nacional de Data Centers, o RN supera o modelo de competitividade baseado apenas em isenções. Nossa abordagem utiliza o incentivo fiscal como uma ferramenta de coordenação inteligente, condicionando benefícios à entrega de valor real para a sociedade potiguar: - Modernização da infraestrutura e telecomunicações; - Estímulo à engenharia e segurança cibernética; - Fomento à inovação e formação de capital humano. Essa visão amplia a base de arrecadação indireta e fortalece a economia dos municípios, consolidando o estado como um território fértil para a economia digital.

A instalação de um Data Center no RN gera um efeito multiplicador virtuoso. Após a operação, estabelece-se uma demanda contínua por serviços especializados — de climatização de alta precisão a auditorias técnicas — que movimenta empresas locais e gera empregos estáveis.

Além disso, o Estado se posiciona como um ímã para empresas de alta tecnologia. Setores que exigem baixa latência e máxima confiabilidade, como *Fintechs*, Inteligência Artificial e Mídia Digital, encontram aqui o ambiente ideal. O resultado é um ecossistema de inovação diversificado, robusto e em constante expansão.

O impacto mais humano e transformador desta política é a retenção de talentos. Historicamente reconhecido pela excelência na formação de engenheiros e profissionais de TI, o Rio Grande do Norte agora trabalha para oferecer o destino profissional que esses jovens merecem.

A presença de grandes infraestruturas digitais cria: - Carreiras de Alto Valor: Oportunidades com remuneração competitiva e projetos de alta complexidade tecnológica; - Sinergia Acadêmica: Parcerias sólidas entre o Governo, universidades e o setor privado para residências tecnológicas e capacitação contínua; - Desenvolvimento Social: A fixação desses profissionais no estado impulsiona o consumo local, a produção intelectual e o orgulho de ser potiguar.

2) Há estudos que comprovem que o ganho será maior do que as perdas com as isenções fiscais?

Reafirmamos o compromisso com uma gestão moderna e eficiente ao estruturar sua política para o setor de Data Centers. Pautada pela literatura técnica mais avançada, a estratégia estadual transcende o cálculo fiscal de curto prazo para focar no que realmente importa: impacto estrutural positivo, equilíbrio territorial e sustentabilidade socioambiental.

Seguindo as melhores práticas internacionais e as diretrizes do IP/LAPIN, o Estado adota um modelo de governança baseado na transparência e em contrapartidas sólidas. Mais do que atrair investimentos, o objetivo é garantir que cada incentivo resulte em benefícios diretos para a

sociedade potiguar, através de: - Métricas de Desempenho Verificáveis: Garantia de que os investimentos se traduzam em crescimento real; - Responsabilidade Ambiental: Alinhamento com metas globais de eficiência energética e uso consciente de recursos naturais; - Fomento à Inovação: Estímulo ao aporte em pesquisa e desenvolvimento dentro do território estadual.

Atualmente, a política passa por uma fase criteriosa de análise técnica e fiscal. Este zelo reflete a determinação do Governo em evitar modelos de isenção ineficazes, optando por uma estrutura que garanta o desenvolvimento local duradouro. O Rio Grande do Norte se posiciona na vanguarda do debate nacional, transformando o incentivo em um instrumento de precisão para fortalecer a economia digital e elevar o patamar tecnológico de nossa região.

3) O risco à soberania hídrica do Estado foi considerado na política?

Consciente de que a inovação deve caminhar lado a lado com a proteção dos nossos recursos naturais, o Governo do Estado estabelece a sustentabilidade hídrica como um pilar inegociável da sua política de Data Centers.

A gestão estadual entende que o futuro digital exige responsabilidade e inteligência no uso dos recursos. Por isso, nossa política incentiva o uso de tecnologias de circuito fechado, em que a água utilizada nos sistemas de resfriamento é continuamente tratada e reutilizada, minimizando drasticamente o consumo de novos volumes e eliminando desperdícios.

Essa abordagem garante que o progresso tecnológico fortaleça — e não comprometa — a segurança hídrica do território potiguar e o acesso à água para os usos essenciais da população.

Com essa estratégia, o Rio Grande do Norte não apenas atrai grandes *players* mundiais do setor tecnológico, mas garante que esses investimentos ocorram em total harmonia com o ecossistema local. Transformamos a gestão hídrica em um diferencial competitivo, consolidando o RN como o destino mais ético, seguro e sustentável para a infraestrutura digital do Brasil.

4) Outro alerta apresentado por esses grupos foi sobre os impactos negativos da instalação de parques renováveis, com o temor de que a chegada de data centers incentivada por isenções fiscais possa estimular novos parques e agravar impactos sobre comunidades. Isso foi considerado na elaboração da política?

Nossa estratégia para o setor de Data Centers não é um estímulo isolado, mas uma solução inteligente para consolidar o estado como a capital da energia limpa e da economia digital no Brasil. Reconhecemos o RN como líder nacional em energia renovável e, de forma estratégica, atuamos para solucionar os desafios de escoamento do setor elétrico. Diante dos excedentes de produção e do cenário de *curtailment* (descarte de energia por limitações de transmissão), o Governo adota uma postura proativa.

Em vez de apenas exportar energia bruta, nossa política atrairá indústrias de dados que consomem essa energia na fonte. Isso transformará o excedente em valor agregado, inovação e empregos, evitando desperdícios e otimizando o uso do nosso extraordinário potencial eólico e solar.



Diferente de modelos de expansão desordenada, a política estadual prioriza a eficiência e o uso racional dos recursos. Nossas diretrizes asseguram: - Sincronia com a Infraestrutura: Incentivamos a instalação de infraestruturas tecnológicas em harmonia com a capacidade de transmissão e armazenamento de energia; - Sustentabilidade Verificável: Os incentivos estão vinculados a métricas rigorosas de eficiência hídrica e energética, além do respeito absoluto às comunidades locais; - Gestão de Demanda Inteligente: Utilizamos os Data Centers como mecanismos de equilíbrio para a rede elétrica, transformando um desafio logístico em um diferencial competitivo de mercado.

A resposta técnica do Governo é clara: o planejamento integrado é o nosso guia. Ao condicionar o apoio estatal a contrapartidas ambientais robustas e ao escoamento eficiente, estamos garantindo que o RN não seja apenas um gerador de energia, mas o principal centro tecnológico sustentável do país.

5) Em que fase se encontra a análise da política pela Sefaz e há prazo definido?

Atualmente, o projeto encontra-se em uma fase estratégica de análise técnica e fiscal detalhada, sob a coordenação da Secretaria de Tributação (SEFAZ). Por se tratar de uma iniciativa de alto impacto — que articula incentivos estaduais com regimes federais e estabelece contrapartidas sociais e ambientais robustas — o Governo dedica o máximo de rigor ao exame de conformidade fiscal, jurídica e econômica. Este processo de avaliação minuciosa é fundamental para garantir: Segurança para o Investidor, Equilíbrio Fiscal e Governança de Excelência.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) acompanha de perto cada etapa desse amadurecimento institucional. Dada a complexidade e a importância de entregar um modelo que seja referência nacional em inovação e responsabilidade, o cronograma segue o ritmo necessário para assegurar a máxima excelência dos resultados.

A SEDEC manterá o diálogo constante com a sociedade e o setor produtivo, comunicando novos avanços assim que as etapas administrativas forem concluídas, reafirmando que o Rio Grande do Norte constrói hoje as bases seguras para o seu futuro digital.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Alan Jefferson da Silveira Pinto – Secretário

Hugo Alexandre Meneses Fonseca – Secretário Adjunto

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CODER

Emília Dalva do Vale Casanova – Coordenadora